Como Citar:
Aiello-Fernandes, R., Aiello-Vaisberg, T., & Tardivo, L. C. (2021). Considerações iniciais sobre racismo e formação de psicólogos. In L. S. de L. C. Tardivo & R. X. Marigliano (Orgs.), XVII Jornada APOIAR: Violência social e autoinfligida – propostas de atenção e pesquisa (pp. 326–336) [E-book]. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

27- CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE RACISMO E FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS

Rafael Aiello-Fernandes

Tania Aiello-Vaisberg

Leila Cury Tardivo

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a necessidade de inclusão da questão do racismo brasileiro na formação do psicólogo. Organiza-se em três partes. Na primeira traz uma breve explicação acerca de como o mito da democracia racial retardou a percepção do fenômeno, que deixou de ser claramente reconhecido até tempos recentes, apesar dos empenhos do movimento negro e das ciências sociais brasileiras. Na segunda parte, traça brevemente considerações sobre sofrimentos sociais despersonalizantes/desumanizantes gerados pelo racismo à luz das contribuições de Fanon sobre a experiência de ser negro e do pensamento blegeriano de recusa aos mitos do ser humano natural, abstrato e dissociado das condições concretas da vida social. Na terceira parte discorre sobre a potencialidade mutativa dos enquadres diferenciados Ser e Fazer por meio do *holding* que favorece a superação das dissociações e a (re)conquista de gestos espontâneos de transformação de si e do mundo em que vivemos. Nas considerações finais, retoma a questão da formação do psicólogo, propondo que são duas as principais tarefas a serem cumpridas neste momento: 1) sensibilizar o aluno em relação ao *racismo* como potente causa de sofrimentos emocionais em nosso país e 2) proporcionar conhecimentos teórico-clínicos que permitam a proposição de uma clínica social ampliada.

Palavras chave: racismo, formação de psicólogos, clínica social

Introdução

No presente texto desejamos focalizar a questão da formação de psicólogos para o trabalho com os sofrimentos sociais gerados pelo racismo. Somamo-nos assim a recentes esforços de pensar, desde diferentes enfoques epistemológicos, uma educação que leve em conta a questão das relações raciais e a necessidade de um horizonte epistemológico descolonizador na psicologia, tais como Castelar e Santos (2012), Santos e Schucmann (2015), Santos (2019) e Menezes, Lins e Sampaio (2019). No nosso caso, salientamos a importância de uma abordagem que foque não apenas aspectos cognitivos e racionais do problema, mas vise estudar a dimensão inconsciente das experiências vividas, imaginários coletivos, modalidades de conscientização e pressupostos éticos necessários para o trabalho com efeitos subjetivos geradores de sofrimentos sociais ligados ao racismo. Baseando-nos nos pressupostos da psicologia psicanalítica concreta (Bleger,1963/2007) e no paradigma relacional em psicanálise (Greenberg e Mitchel, 1983), entendemos que os campos inconscientes se constelam intersubjetivamente em contextos macropolíticos, comunitários, institucionais e grupais específicos. São, assim, sempre social e historicamente condicionados, não correspondendo, portanto, a fenômeno meramente intrapsíquico e individualizado. Tal compreensão nos permite afirmar a singularidade do ponto que queremos destacar aqui: uma formação profissional voltada para uma clínica social (Tardivo, 2017) que permita pensarmos formas de teorização, prevenção e intervenção mais consonantes com as condições sociais, econômicas e culturais da realidade racializada brasileira.

Quanto à concepção de raça, partimos aqui da compreensão desta como construção social e histórica ligada a estruturas de poder, e não como realidade biológica. O racismo, assim, é um sistema de dominação e opressão que se sustenta em uma produção de marcas sociais a partir de diferenças físicas reais ou imaginárias – cor de pele, formato do nariz e cabelo, por exemplo. Estas servem como critério para um modo de classificar, em termos de superioridade e inferioridade, diferentes grupos ou populações, imputando essências morais e intelectuais à determinada aparência para, por esta via, produzir e sustentar práticas de preconceito e discriminação, a nível social, institucional e interpessoal. O marcador raça, além disso, se conjuga interssecionalmente com outros marcadores sociais, como de classe, gênero e

orientação sexual. Essa complexa estrutura de poder é causadora, ademais, de importantes formas de sofrimento social, já estudas pela psicanálise em nosso país desde autoras como Bicudo (1945), passando por Souza (1983) e mais recentemente Nogueira (1998), Guimarães (2001), Reis Filho (2005) e Mussatti-Braga (2015). Enfim, é importante salientar que o racismo se singulariza em seus traços e modos de atuação em contextos diferentes, variando no tempo e espaço. Cabe portanto, delinearmos algumas considerações sobre como o fenômeno se deu em nosso país.

1. A democracia racial e o reconhecimento do racismo no Brasil

Durante grande parte do século XX, foi hegemônica no Brasil a concepção de que seríamos uma nação singular, onde o racismo não existiria. Como se sabe, após um período de vigência das teorias biologizantes do racismo científico e da tentativa de embranquecimento da nação, emergiu, na década de 1930, o ideário de país sem conflitos raciais como representação oficial de brasilidade. Importante para tanto foi a obra de Gilberto Freyre (2006), mas o contexto político da época também foi essencial para a difusão de tal imagem, o que perdurou tanto durante o período democrático, após o fim da ditadura do Estado Novo, como e especialmente durante a vigência da ditadura militar iniciada em 1964. No processo de redemocratização, no entanto, com o empenho do movimento negro e das ciências sociais brasileiras, que desde a década de 1940 e 1950 questionavam a ausência de preconceito no país - por exemplo, desde Bicudo (1945), passando por diversos trabalhos do projeto Unesco – houve um crescente reconhecimento do racismo como fenômeno estruturante da modernização brasileira, que se articularia com os mecanismos de reprodução das classes sociais, um dos principais elementos produtores e mantenedores da desigualdade em nosso país (Barreto, 2008; Hasenbalg 1979).

O racismo brasileiro vem sendo cada vez mais conceitualmente especificado em sua singularidade, que inclui os traços do ideal do branqueamento, o chamado preconceito de cor e o mito ou ideologia da democracia racial. O processo de branqueamento segue linhas que se pautam na noção de miscigenação hierárquica que mantém a branquitude como critério ideal e normativo de humanidade, de modo que as outras populações são julgadas de acordo com o grau de aproximação ou

afastamento em relação a essa norma. O preconceito de cor consiste numa forma de discriminação que se concretiza, na realidade cotidiana, a partir da classificação do indivíduo em uma cromatologia hierárquica, segundo a pigmentação da pele, e na produção de outras marcas como formato de nariz e cabelo. O ideal do branqueamento e o preconceito de cor conformam um racismo assimilacionista, universalista e heterófobo em relação ao negro, que se sustenta em uma mistura de processos de inclusão e exclusão, configurando, concretamente, o que podemos chamar de pseudo-inclusão ou inclusão subordinada. De fato, observamos que a inclusão se deu historicamente, de forma meramente retórica, no âmbito cultural, na medida em que alguns elementos de matriz africana foram simbolicamente clareados e incorporados discursivamente à identidade brasileira. Por outro lado, constatamos que a exclusão ocorre notadamente no campo social, político e econômico, expressando-se sob forma de acesso diferencial a direitos básicos de cidadania e participação na construção do comum. Isso tem consequências concretas na produção de sofrimentos sociais e nas políticas de vida e morte da colonialidade, pois garante estruturalmente oportunidades para um grupo, caracterizado por sua plena humanidade, o branco, enquanto busca instituir morte, anomia, desagregação social e despersonalização psicológica em outro, não visto como plenamente humanizado – o que tem sua expressão máxima no alarmante índice de homicídios que acomete a população negra em nosso país. No entanto, essa realidade foi e é mascarada pelo que ficou conhecido como democracia racial – a concepção de que não sofreríamos com o racismo e que as oportunidades eram e são iguais para todos independente de cor, sendo que qualquer forma de preconceito se daria exclusivamente pelo fator classe social. Temos assim, um racismo estrutural que se efetua na prática, em termos sociais, institucionais e interpessoais, ao mesmo tempo que se nega discursivamente (Aiello-Fernandes, 2018; D'Adeski, 2001; Guimarães,1999, 2012; Schwarcz,1993, 2012; Souza, 1983).

2. Racismo e sofrimento social

Consideramos essencial, para a tematização do racismo como sofrimento social, o pensamento do psiquiatra martinicano Frantz Fanon (1952), que chama atenção para a necessidade de se realizar um sociodiagnóstico do problema do

racismo, argumentando que esse não pode ser entendido fora de suas conexões com as realidades econômicas e políticas e de sua relação com a temporalidade. Partindo da psicanálise, afirma que a originalidade freudiana em relação ao saber de seu tempo, relativa a levar em consideração a dimensão ontogenética na explicação das psicopatologias, deveria ser complementada, no que diz respeito ao racismo, por uma valorização da sociogênese. Com isso, Fanon (1952) abre a possibilidade de se estudar os impactos existenciais da colonialidade na experiência vivida, articulando-as com a realidade social (Maldonado-Torres, 2007). A partir disso, analisa diversos aspectos da experiência emocional em um contexto no qual o racismo anti-negro gera efeitos devastadores de despersonalização, subalternização e invisibilização do corpo e da subjetividade negras, causando um complexo de inferioridade ligado ao lugar em que o negro foi colocado na modernidade pela violência do escravismo, da expansão imperial das nações colonizadoras e das ideologias justificadoras da dominação dos povos considerados como “de cor”.

Tal compreensão permite a Fanon (1952), que foca mais especificamente a condição do negro no mundo moderno, analisar como as relações de poder se expressam nas dimensões mais sutis e pessoais da existência daquele que é alvo de racismo, desde a linguagem e as relações amorosas até os sonhos e a relação com os outros. Assim, analisando desde obras literárias até casos clínicos, fazendo incursões pela poesia da negritude e aplicando procedimentos psicológicos, construindo, enfim, um discurso descolonizador em que mantém diálogo crítico com o saber de seu tempo, busca desvendar a situação existencial do negro em uma sociedade racista.

No capítulo A Experiência Vivida do Negro, fazendo um itinerário a partir de sua própria experiência pessoal, o autor mostra como a experiência vivida do racismo ataca o negro em sua própria estrutura ontológica, perturbando sua relação com o próprio corpo e com a própria racionalidade. Fica explícito, aí, como os sofrimentos sociais e o processo de psicopatologização, que afeta aquele que é sujeitado ao racismo, liga-se a um contexto amplo, pois o autor mostra como as “lendas, histórias, a história e, sobretudo a historicidade”, bem como estereótipos e mitos imputados como essência do povo negro pelos discursos coloniais – no contexto em que escreve, a antropofagia, o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, a mentalidade primitiva, etc. – atacam-lhe as estruturas mais íntimas do existir. Há, assim, uma compreensão

da interdependência entre o macrossocial, o econômico, o cultural e a vida emocional em sua obra que, segundo nossa concepção, pode ser criativamente articulada com as considerações blegerianas de crítica aos mitos do ser humano natural, isolado e abstraído de suas ligações com o mundo concreto.

Consideramos, assim, fecundo articular a proposição do sociodiagnóstico de Fanon (1952) com o referencial da psicanálise concreta, inspirada na obra de Bleger (1958; 1963). Acreditamos que este último, a partir de sua leitura de Georges Politzer (1928), faz justiça à necessidade de retorno à concretude da experiência na psicanálise, compreendendo toda manifestação humana como conduta, ou seja, em sua totalidade significativa, que tem sempre um caráter vincular e emerge de contextos políticos, econômicos e sociais concretos. A crítica de Politzer (1928) aos fundamentos da psicanálise, retomada por Bleger (1958; 1963/2007), centrou-se justamente em denunciar os procedimentos intelectuais – realismo, abstracionismo, formalismo – que transformam os acontecimentos dramáticos da vida dos sujeitos em coisas, em processos despersonalizados, convertidos em entidades metafísicas e objetificadas na forma de um aparelho psíquico concebido em termos energéticos e pulsionais. Contra tal concepção, Politzer (1928/2001) preconizou um retorno ao concreto das descobertas freudianas, chamando a atenção para a importância de se estudar o “fato psicológico em primeira pessoa”, ou seja, o drama.

Ao retomar essas considerações e compreender as manifestações humanas como condutas dramáticas concretas, consideramos que Bleger (1958; 1963/2007), ao ser articulado ao conceito de sociodiagnóstico em Fanon (1952), proporciona um modo de estudar a experiência vivida do racismo em um registro que faz justiça à sua materialidade e à vinculação com condições sociopolíticas. De acordo com Bleger (1963/2007), a conduta corresponde a manifestações humanas que se expressam, sempre e simultaneamente, em três áreas: mental, corporal e de atuação no mundo externo. A qualificação de uma conduta como pertencente a alguma destas três áreas é dada, então, pela predominância de alguma delas em dado momento. No que se refere à amplitude do fenômeno a ser estudado, a conduta pode ser compreendida em três âmbitos: do indivíduo, do grupo e de instituições, como práticas ou normas. Finalmente, a conduta humana deve ser considerada como emergente de campos constelados intersubjetivamente e não mera exteriorização da interioridade psíquica individual. Segundo a ótica blegeriana, cabe distinguir três subestruturas nos campos

da conduta: o ambiente ou subcampo geográfico, que corresponde, praticamente, ao que pode ser percebido por um observador relativamente externo ao acontecer em pauta; o subcampo psicológico, que abrange as experiências vividas; e, finalmente, o campo da consciência, que consiste nas experiências conscientemente percebidas num certo momento. Além disso, a conduta deve ser sempre vista como vinculada a macrocontextos econômicos mais amplos.

3. Racismo e Clínica Social

Partindo das considerações teóricas acima sobre as obras de Fanon e Bleger, iremos agora abordar a potencialidade mutativa dos enquadres diferenciados Ser e Fazer por meio do *holding* que favorece a superação das dissociações e a (re)conquista de gestos espontâneos de transformação de si e do mundo em que vivemos. Visamos assim pensar uma clínica social que trabalhe a questão das relações raciais a partir da constituição de ambientes concretos que propiciem a maximização de processos de invenção, criatividade e autonomia.

Os enquadres diferenciados Ser e Fazer partem do pressuposto de que o estabelecimento de um bom vínculo com o conhecimento psicanalítico demanda uma correta compreensão de seu método. Esse método apresenta caráter eminentemente interpretativo – o que não deve ser confundido com procedimentos clínicos interpretativos – uma vez que indica a compreensão de que toda e qualquer conduta humana tem sentido a ser criado/encontrado. Esta seria a base, antes ética e posteriormente epistemológica, da prática psicanalítica.

Ora, como indicamos acima, entendemos que os campos inconscientes se constelam intersubjetivamente sempre em contextos concretos, não emanando de bases puramente biológicas ou de interioridades solipsistas. Assim, o acesso à criação/encontro dos sentidos inconscientes das condutas só pode ser apreendido quando contextualizado histórica, social e culturalmente, tanto do ponto de vista individual – ontogênese – quanto coletivo – sociogênese. Assim, compreendemos que as experiências vividas sempre se dão sobre as bases dos imaginários coletivos que

atravessam o campo social, podendo ser mantenedoras e reprodutoras destes ou indicar posturas existências que clamem por mudanças.

Os enquadres diferenciados Ser e Fazer são definidos pelo fato de adotar o *holding* como intervenção fundamental, de fazer uso de materialidades mediadoras e de acontecer preferencialmente de modo grupal (Aiello-Vaisberg, 2003).

A opção pelo *holding* substitui a enunciação de sentenças interpretativas, mas não significa descuido com relação à busca de compreensão afetivo-emocional. Na verdade, entendemos ser impossível sustentar sem compreender, mas também consideramos que a tradução do compreendido sob forma de verbalização é insuficiente quando se visa favorecer uma experiência mutativa de superação de dissociações. Na verdade, o *holding* faz sentido quando não pensamos o paciente como alguém que pode "aprender sobre si mesmo", o que favoreceria o falso *self,* mas sim quando visamos ajuda-lo a se sentir mais vivo, real e capaz de gestualidade espontânea e transformadora de si e do mundo (Aiello-Vaisberg, 2003).

Quando pensamos nos sofrimentos gerados pelo racismo, adentramos num território em que, a exemplo do que ocorre sempre que indivíduos e grupos são oprimidos e discriminados, prosperam e prosperaram ataques que visaram despersonalizar/desumanizar o negro. Favorecendo a recuperação de capacidade de gestualidade espontânea, que se faz pelo reconhecimento da presença humana do paciente, a despersonalização/ desumanização pode ser combatida no aqui e agora do encontro inter-humano, que não é reedição do passado mas momento inaugural de reconhecimento.

Considerações finais

Como se vê, os enquadres diferenciados Ser e Fazer não demandam uma preparação propriamente técnica e sim a conjugação de conhecimentos relativos à teoria do amadurecimento emocional e uma formação ética no sentido profundo do termo. O amadurecimento emocional é concebido winnicottianamente como conquista do desenvolvimento de capacidades próprias do humano, que resultam do encontro

entre o potencial herdado e o ambiente que, por meio dos grupos primários, aporta a herança cultural (Plastino, 2012).

Assim, cabe considerar que um processo de capacitação de estudantes como psicólogos capazes de atuar numa clínica voltada ao sofrimento social do racismo, requer o cumprimento de duas tarefas: 1) transmissão de conhecimentos teórico-clínicos que permitam a proposição e a sustentação de uma clínica social e 2) sensibilização ética do aluno em relação ao racismo como potente causa de sofrimentos emocionais socialmente determinados em nosso país.

Falamos em capacitação, pensando esse termo segundo uma perspectiva winnicottiana, diferenciando desenvolvimento de capacidades e treinamento de competências (Botelho-Borges & Aiello-Vaisberg, 2011). O desenvolvimento de capacidades envolve necessariamente a gestualidade espontânea – sem a qual o *holding* jamais se realiza. O treinamento de competências é aquilo que ocorre quando o falso self se torna perito em submeter-se a qualquer forma de bem fazer que lhe seja imposta.

Estamos, portanto, diante de uma processo de formação que não é tecnicamente sofisticado, mas que é bastante exigente, não no sentido de que o psicólogo se torne uma pessoa emocionalmente resolvida, não vulnerável ao sofrimento emocional, mas sim uma pessoa que possa se manter sensível e lúcida e que, mantendo a capacidade de sofrer, possa também exercer o oficio de cuidar.

Referencias

Aiello-Fernandes, R. (2018). Racismo e Psicanálise em Produções Acadêmicas. Tese de Doutorado em Psicologia, Campinas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2017). Estilo Clínico ser e fazer: resposta crítico-propositiva a despersonalização e sofrimento social. Boletim - Academia Paulista de Psicologia, 37(92).

Barreto, P. C.S. (2008) O Racismo Brasileiro em Questão: Temas Relevantes no Debate Recente. In D. Buffa & M.J. Becerra. *Los Estudios Afroamericanos y*

africanos em América Latina: Herencia, Presencia y Visiones Del Outro. Córdoba:Ferreyra Editor, 35-52.

Bleger, J. (1988). *Psicoanalisis y dialectica materialista*. Buenos Aires: Nueva Vision (Original publicado em 1958).

Bleger, J. (2007). *Psicologia de la Conduta*. Buenos Aires: Paidos (Original publicado em 1963).

Bicudo, V. L. (2010). *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*. São Paulo: Editora Sociologia e Política (Original publicado em 1945).

Castelar, M & Santos, C.C.O. Relações Raciais no ensino de psicologia: Uma experiência de sensibilização. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde.* Salvador , v.1, n. 1, p. 75-86, 2012.

D'Adesky, J. (2001) *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas.

Fanon, F. (1952). *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. de Maria Adriana da Silva Caldas. Salvador, Livraria Fator.

Freyre, G. (2006) *Casa Grande e Senzala* – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. Recife: Global Editora (Original publicado em 1933).

Greenberg, J.; Mitchel, S.A. (1984). *Object relations in psychoanalytic theory*. Cambridge: Harvard University.

Guimarães, A.S.A. (1999) *Racismo e Antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

Guimarães, M.A.C. (2001) A Rede de Sustentação – Um Modelo Winnicottiano de Intervenção em Saúde Coletiva. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Hasenbalg, C.A. (1979) *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora IUPERJ.

Menezes, J; Lins, S; Sampaio, J. Provocações Pós-coloniais à Formação em Psicologia. *Psicol. Soc*., Belo Horizonte , v. 31, e191231, 2019.

Mussatti-Braga, A. P. (2015) Os Muitos Nomes de Silvana: Contribuições Clínico-Políticas da Psicanálise sobre Mulheres Negras. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo.

Nogueira, I.B. (1998) Significações do Corpo Negro. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

Plastino, C. (2012). A emergência espontânea do sentimento ético como tendência da natureza humana. Winnicott e-prints, 7 (1), 80-113.

Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da Psicologia*. Piracicaba: Editorial Unimep, 2004, pp. 194.

Reis Filho, J.T. (2005) Negritude e Sofrimento Psíquico. Tese de Doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Santos, A; Schucman, L. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as). *Rev. Epos,* Rio de Janeiro , v. 6, n. 2, p. 117-140, dez. 2015.

Scharwcz, L.M. (1993) *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras.

Scharwcz, L.M. (2012) *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sensibilidade brasileira.* São Paulo: Claro Enigma.

Schucman, L.V. , Nunes, S.S. & Costa, E. S. (2017) A Psicologia na Universidade de São Paulo e as Relações Raciais: Perspectivas Emergentes. *Psicologia-USP*, 28 (1), 144-158.

Souza, N.S. (1990). *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro: Graal . (Originalmente publicada em 1983).

Tardivo, L.S.P.C. (2017) O Procedimento de Desenhos- Estórias na Clínica Social. In L.S.P.C. Tardivo (org) *O Procedimento de Desenhos-Estórias na Clinica e na Pesquisa.* São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 26-29.